

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.578 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2002



José Cruz

Luiz Otávio relata participação na cúpula de Johannesburgo

Luiz Otávio quer discussão para defender o meio ambiente

O senador paraense considera fundamental o encontro de ambientalistas, políticos e ativistas não-governamentais para articular propostas em defesa do meio ambiente.

PÁGINA 4



Jane de Araújo

Amir Lando está pedindo providências ao Ibama

Lando denuncia corte ilegal de madeira nobre em Rondônia

PÁGINA 4

Nova composição do Senado vai exigir mais entendimento político

A partir de 2003, muda o equilíbrio de forças, com a maioria das cadeiras dividida entre quatro partidos. Obter 49 votos para aprovar uma mudança constitucional, por exemplo, será difícil sem acordo prévio



Célio Azevedo

As maiores forças políticas do novo Senado estarão divididas entre quatro partidos, com número aproximado de cadeiras. Como resultado das eleições do dia 6, o PMDB contará com 19 senadores, o PFL com 19, o PT com 14 e o PSDB com 11. Dos senadores restantes, 17 integram sete diferentes partidos e um não está filiado.

A consequência disso será a necessidade de mais negociação política para a aprovação de propostas, especialmente as de emenda constitucional, que exigem o número mínimo de 49 votos favoráveis em dois turnos de votação.

PÁGINA 3

Novo Senado terá representantes de 11 partidos, com quatro bancadas numericamente mais expressivas

Heloísa propõe aumentar controle sobre bens de agentes públicos

Projeto de Heloísa Helena que será votado pela CCJ determina a apresentação da declaração de Imposto de Renda até três anos após o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

PÁGINA 4



Gerardo Magela

Heloísa Helena quer criar novas exigências em relação à declaração de bens de agente público

Interlegis abre hoje curso sobre Orçamento Público

PÁGINA 2

Semana de arte integra servidores ativos e inativos

PÁGINA 2



Coral do Senado faz apresentação na abertura da mostra que visa integrar servidores

Senado realiza Semana de Arte e Cultura

A Subsecretaria de Pessoal Inativo realiza de 28 a 31 de outubro a 1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade. O evento tem o objetivo de fortalecer a integração entre servidores ativos e os aposentados e pensionistas do Senado. A abertura, dia 28, coincidirá com o Dia do Servidor Público, e contará com apresentação do Coral do Senado e palestra do ex-senador Jarbas Passarinho.

Durante toda a semana haverá uma mostra de arte e cultura no Salão Negro do Congresso, com trabalhos dos próprios aposentados nos campos da pintura, fotografia, literatura e artesanato, além de apresentações musicais. Também serão realizadas palestras diárias, no período da manhã, no auditório do Interlegis.

Paralelamente à mostra de arte e cultura, os órgãos de recursos humanos do Senado montarão estandes para prestação de serviços e orientações a aposentados e pensionistas.

As subsecretarias de Assistência Médica e Social (SAMS) e do Sistema Integrado de Saúde (SIS) oferecerão orientação sobre saúde preventiva e os serviços médicos prestados aos aposentados e pensionistas. A programação completa da 1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade pode ser conferida no endereço <https://intra.senado.gov.br/guiaserv/spinnoticias0110.htm>

Interlegis inicia hoje curso virtual sobre orçamento

Aulas serão acompanhadas por 136 pessoas inscritas em todo o país, entre elas vereadores, assessores legislativos municipais e um juiz trabalhista

Através do Portal do Interlegis na Internet (www.interlegis.gov.br), será iniciado hoje o curso de Introdução ao Orçamento Público I, para o qual estão inscritas 136 pessoas. Apenas os candidatos previamente selecionados, entre eles vereadores e assessores de câmaras municipais e um juiz do Trabalho, terão acesso às aulas, por meio de uma senha. De acordo com o coordenador do

Núcleo de Educação do Programa Interlegis, Alaciél Franklin Almeida, os alunos receberão informações detalhadas desde a elaboração da lei orçamentária até sua fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Esse será o quarto curso ministrado pelo Portal do Interlegis, que vem sendo desenvolvido desde 1997 pelo Senado Federal. Por intermédio de compu-



Segundo Alaciél Almeida, os 136 alunos terão informações detalhadas sobre elaboração orçamentária

tadores ligados à Internet e salas de videoconferência, o Interlegis proporciona educação a distância, criando um canal de comunicação entre legisladores de todos os níveis. Trata-se de um poderoso meio de ligação dos legisladores com a sociedade, de acordo o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE).

Com duração total prevista para 120 horas, o curso deverá

ser encerrado em dezembro de 2003. Cerca de 100 pessoas já estão inscritas para a nova turma do Curso de Orçamento Público I, com início previsto para junho de 2003, conforme informou a administração do Interlegis. Os alunos aprovados terão direito a certificado de aproveitamento.

Somente os alunos que obtiverem aprovação nos testes de avaliação poderão inscrever-se para etapas subsequentes. Entre os selecionados para a primeira etapa do curso, incluem-se quatro presidentes de câmaras municipais; 17 vereadores; 86 assessores e funcionários; quatro servidores de tribunais de contas do Maranhão, do Pará e do município do Rio de Janeiro; e um juiz do Tribunal Regional do Trabalho paraense.

Publicações sobre leis atraem estudantes

Durante a participação do Senado na 5ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, encerrada ontem, estudantes e professores da área de Direito representaram grande parte dos interessados pelos livros editados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep). A divulgação nas faculdades de Fortaleza de que livros com legislação atualizada estavam à disposição no estande da Casa a preços acessíveis fez com que advogados e futuros profissionais da área se sucedessem no local em busca das publicações.

Na última quinta-feira, com a presença de membros do Conselho Editorial do Senado, ocorreu o

lançamento da coleção *Textos Políticos da História do Brasil*, que, em dez volumes, reúne mais de mil textos sobre momentos importantes da história administrativa do país, desde a Colônia até a década de 60. O constitucionista Paulo Bonavides, um dos organizadores da obra, também participou do lançamento, juntamente com Paulo Amaral, irmão do cientista político Ricardo Amaral, que também assina a publicação.

O presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também marcou presença no estande da Casa na bienal na última sexta-feira. No local, Alcântara foi recebido pelo dire-



Lúcio Alcântara (C) visita estande do Senado na bienal do Ceará

tor da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc), Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, e pelo diretor da Seep, Júlio Pedrosa.



Francelino lembrou dedicação do escritor aos livros

Francelino exalta a memória de Vivaldi Moreira

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou ao Plenário a homenagem prestada na última quinta-feira, em Belo Horizonte, pela Academia Mineira de Letras, à memória do escritor, jornalista e homem público Vivaldi Moreira. A saudação oficial foi feita pelo acadêmico Eduardo Reis.

— Ao longo de uma vida que quase chegou aos 90 anos, ele culminou por merecer um título pouco comum: o de Presidente Perpétuo da Academia Mineira de Letras — ressaltou.

A dedicação de Vivaldi aos livros, segundo Francelino, teve a intensidade que a história reserva para os dotados de grandeza. Nesse sentido, citou depoimento do jornalista Pedro Rogério Moreira, filho do homenageado, para quem seu pai foi amigo de tantos quantos com ele viviam, e, simultaneamente, amou os livros.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

14h — Conselho de Comunicação Social
Pauta: relato dos trabalhos da comissão sobre "Radiodifusão Comunitária", "Regionalização da Programação" e "Serviço de Comunicação Multimídia"; andamento das providências para agendar debate com os candidatos à Presidência da República; e apreciação da MP nº 70/02, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3º do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

O NOVO SENADO

Aprovação de emenda constitucional exigirá acordo

Com a nova composição do Senado a partir de 2003, dificilmente uma mudança constitucional será aprovada sem acordo partidário. Até mesmo os três partidos que formam atualmente a base de apoio do governo Fernando Henrique Cardoso – PSDB, PMDB e PFL – terão dificuldades, na próxima legislatura, para conseguir aprovar uma proposta desse tipo sem apoio de outras bancadas, porque contarão, em conjunto, com 49 votos. Este é o número mínimo para aprovar a mudança constitucional, mas nem sempre todos os senadores votam conforme a orientação de suas lideranças.

As forças do novo Senado estarão basicamente divididas em quatro partidos, todos com número parecido de cadeiras. O PMDB, que hoje tem 23 senadores, contará, a partir do próximo ano, com 19. O PFL subirá de 18 para 19 parlamentares, o PT pulará de oito para 14 senadores e o



Divisão de forças partidárias no Senado será alterada a partir de 2003

PSDB baixará de 14 para 11 representantes. Os 18 senadores restantes estarão divididos em sete partidos, e um não está filiado a partido. É quase certo que boa parte desses sete partidos passará a formar blocos parlamentares com partidos maiores.

Caso se repitam no próximo ano os blocos existentes atualmente, o Bloco Oposição poderá congrega até 26 senadores – hoje esse

grupo tem dez votos. Para isso, além do PT e do PPS, terão de integrar o Bloco Oposição o PDT, o PL e o PSB. Assim, a oposição passaria a ser a maior força dentro do Senado, mas nem dessa maneira teria votos para aprovar ou impedir a votação de mudanças na Constituição.

Ter um número elevado de senadores é vantajoso a um partido não apenas para aprovar ou rejeitar projetos. Os cargos no Senado são divididos conforme o número de cadeiras de um partido ou bloco parlamentar. Assim, tradicionalmente, os presidentes das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) têm sido indicados pelos três

maiores partidos (PMDB, PFL e PSDB). Agora, o PT (ou o bloco que formar) deverá ter maior presença nessa divisão de poder. Os presidentes dessas duas comissões são fundamentais para que seja colocado em votação qualquer projeto que trate de finanças ou de mudanças constitucionais.

O número de parlamentares credencia também o partido a reivindicar cargos na Mesa do Senado. Nos últimos anos, a Presidência da Casa esteve dividida entre o PFL e o PMDB. A Presidência do Senado depende, no entanto, de uma ampla negociação, que em geral envolve também a eleição do presidente da Câmara dos Deputados. Nas últimas eleições para as presidências das duas Casas, há quase dois anos, PMDB e PSDB fizeram acordo e vêm ocupando os dois postos mais importantes do Legislativo. Haverá eleição para as Mesas do Senado e da Câmara no início de fevereiro de 2003.

O SENADO DE 2003

PMDB

[19 senadores – 4 a menos que hoje]

- 1 Renan Calheiros (AL)
- 2 José Sarney (AP)
- 3 Gilberto Mestrinho (AM)
- 4 Valmir Amaral (DF)
- 5 Maguito Vilela (GO)
- 6 João Alberto Souza (MA)
- 7 Pedro Simon (RS)
- 8 Juvêncio da Fonseca (MS)
- 9 Ney Suassuna (PB)
- 10 Alberto Silva (PI)
- 11 Amir Lando (RO)
- 12 Gerson Camata (ES)
- 13 Hélio Costa (MG)
- 14 Sérgio Cabral (RJ)
- 15 Ramez Tebet (MS)
- 16 Valdir Raupp (RO)
- 17 José Maranhão (PB)
- 18 Francisco de Assis de M. Souza (PI)
- 19 Garibaldi Alves (RN)

PFL

[19 senadores – 1 a mais que hoje]

- 1 Rodolfo Tourinho (BA)
- 2 José Jorge (PE)
- 3 Mozarildo Cavalcanti (RR)
- 4 Jorge Bornhausen (SC)
- 5 Maria do Carmo Alves (SE)
- 6 Romeu Tuma (SP)
- 7 Paulo Octávio (DF)
- 8 Jonas Pinheiro (MT)
- 9 Demóstenes Torres (GO)
- 10 Leomar Quintanilha (TO)
- 11 João Ribeiro (TO)
- 12 Antonio Carlos Magalhães (BA)
- 13 César Borges (BA)

- 14 Roseana Sarney (MA)
- 15 Edison Lobão (MA)
- 16 Efraim Morais (PB)
- 17 Marco Maciel (PE)
- 18 Heráclito Fortes (PI)
- 19 José Agripino (RN)

PT

[14 senadores – 6 a mais que hoje]

- 1 Tião Viana (AC)
- 2 Heloisa Helena (AL)
- 3 Roberto Saturnino (RJ)
- 4 Eduardo Suplicy (SP)
- 5 Marina Silva (AC)
- 6 Aloizio Mercadante (SP)
- 7 Cristovam Buarque (DF)
- 8 Serys Marly Sinessarenko (MT)
- 9 Delcídio do Amaral Gómez (MS)
- 10 Flávio Arns (PR)
- 11 Ideli Salvatti (SC)
- 12 Paulo Paim (RS)
- 13 Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PA)
- 14 Fátima Cleide Rodrigues da Silva (RO)

PSDB

[11 senadores – 3 a menos que hoje]

- 1 Luiz Pontes (CE)
- 2 Antero Paes de Barros (MT)
- 3 Romero Jucá (RR)
- 4 Eduardo Siqueira Campos (TO)
- 5 Teotônio Vilela Filho (AL)
- 6 Tasso Jereissati (CE)
- 7 Eduardo Azeredo (MG)
- 8 Lúcia Vânia (GO)
- 9 Leonel Pavan (SC)
- 10 Arthur Virgílio Neto (AM)
- 11 Sérgio Guerra (PE)

PDT

[5 senadores – mesmo número que hoje]

- 1 Álvaro Dias (ou o suplente Olivir Gabardo) - PR
- 2 Osmar Dias (PR)
- 3 Jefferson Pêres (AM)
- 4 Augusto Botelho (RR)
- 5 José Almeida Lima (SE)

PL

[3 senadores – 2 a mais que hoje]

- 1 José Alencar (ou o suplente Aelton José de Freitas, filiado ao PMDB) - MG
- 2 Magno Malta (ES)
- 3 Marcelo Crivella (RJ)

PTB

[3 senadores – 2 a menos que hoje]

- 1 Fernando Bezerra (RN)
- 2 Sérgio Zambiasi (RS)
- 3 João Bosco Papaléo Paes (AP)

PSB

[3 senadores – mesmo número que hoje]

- 1 Geraldo Mesquita Júnior (AC)
- 2 João Alberto Capiberibe (AP)
- 3 Antonio Carlos Valadares (SE)

PPS

[1 senador – 1 a menos que hoje]

- 1 Patrícia Gomes (CE)

PPB

[1 senador – 1 a menos que hoje]

- 1 Luiz Otávio (PA)





Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável mostrou os países que têm preocupação ambiental

Luiz Otávio elogia encontro sobre meio ambiente

Ao registrar sua participação na reunião da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) qualificou de fundamental o encontro, “num só lugar e a um só tempo”, de ambientalistas e políticos para a articulação de idéias e elaboração de propostas em defesa do meio ambiente. Para o senador, encontros dessa natureza funcionam como grandes vitrines mundiais “a expor e a distinguir os países entre aqueles que debatem e propõem medidas, os que muito falam mas pouco fazem e, ainda, aqueles que nem sequer se dão ao trabalho de participar das discussões”.

Luiz Otávio reconhece que não é preciso participar de reuniões como a realizada na África do Sul para saber que “a fome e a pobreza atingem níveis insuportáveis”, ou para reconhecer a existência de buraco na camada de ozônio que ameaça o equilíbrio climático do planeta ou, ainda, para se dar conta do processo de extinção de espécimes animais e vegetais e da finitude dos recursos hídricos.

— Entretanto, se não pudéssemos agregar em um só lugar e a um só tempo os anseios e sugestões de ambientalistas, políticos e ativistas não-governamentais de todos os matizes, talvez não avançássemos com a presteza que as necessidades ambientais e humanas nos impõem.

Sem esses encontros, acrescentou, provavelmente não haveria um Protocolo de Kyoto, exigindo providências dos países ricos, e nem existiria um documento do teor da Carta do Rio ou Carta da Terra, em que líderes dos países desenvolvidos reconhecem ter responsabilidades maiores na erradicação da pobreza.

Heloísa quer mais controle sobre bens de agente público

Projeto da senadora prevê apresentação da declaração do Imposto de Renda até três anos após o fim do mandato, cargo, emprego ou função

Projeto da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que determina a apresentação da declaração do Imposto de Renda (IR) até três anos após o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), relator da matéria, já apresentou parecer favorável.

A proposta da senadora, que altera a Lei de Improbidade Ad-



Proposta de Heloísa visa evitar que patrimônio público seja lesado

ministrativa e cria novas exigências no tocante à declaração de bens, exclui os agentes públicos

também do benefício do sigilo bancário durante o período estabelecido. No projeto, a Secretaria da Receita Federal fica obrigada a proceder à revisão da declaração do IR de agente público, tanto durante como no prazo após o período de exercício.

Na justificativa, Heloísa Helena argumenta que a lei atual se limita aos agentes públicos em exercício, quando é certo que, mesmo após o afastamento, é possível a prática de atos que resultem em lesão ao patrimônio público.

Jucá pede a Lula que não fuja do debate

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao ocupar a tribuna do Senado na sexta-feira como vice-líder do governo, fez um apelo ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, para que não se esquivasse do debate com o candidato do PSDB, José Serra, no segundo turno das eleições presidenciais.

Jucá aconselhou Lula a não repetir a frase “esqueçam tudo que eu disse e tudo o que escrevi”. Para Jucá, Lula deve adotar uma posi-



Romero Jucá agradeceu aos eleitores de Roraima por sua reeleição

ção coerente com o que o PT sempre defendeu: o debate e o aprofundamento das idéias em busca de soluções para o país. Segundo o parlamentar, somente o debate poderá apontar os melhores caminhos para a superação dos problemas do Brasil e é necessário para que

os eleitores saibam exatamente quais serão as conseqüências do seu voto no segundo turno das eleições presidenciais.

Jucá informou que a Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS) acaba de divulgar uma pesquisa sobre intenções de voto no estado, mostrando que Lula, neste segundo turno, tem 49,4% da preferência do eleitorado contra 40,6% de José Serra. “Esse é um resultado auspicioso que demonstra uma tendência”, afirmou.

O senador, em seu pronunciamento, agradeceu aos eleitores do seu estado pela vitória conferida a ele em 6 de outubro. Ele disse haver disputado uma eleição “muito dura”, de oposição ao governo local, que contava com oito deputados federais, sete dos quais com sólida estrutura financeira, e com 22 dos 24 deputados estaduais.

Lando denuncia coleta ilegal de madeira

O senador Amir Lando (PMDB-RO) está denunciando ao Ibama coleta ilegal de centenas de metros cúbicos de freijó, mogno, angelim, sucupira e outras madeiras nobres na divisa dos municípios de Monte Negro e Governador Jorge Teixeira, em Rondônia. As madeiras estão sendo retiradas de área de posse das famílias de colonos despejadas de glebas naquelas localidades e a denúncia foi feita ao senador por dirigentes das Associações de Produtores Rurais das Comunidades Curupira

e Marechal Rondon, no estado.

Segundo os dirigentes, o Inbra e o Ibama têm divergências sobre a solução para o caso dos colonos despejados e, enquanto o impasse não se resolve, madeireiros estão abrindo estradas na mata e recolhendo a madeira nobre da região.

Amir Lando disse que os colonos querem reaver seus bens, já



Lando recebeu denúncia de líderes dos agricultores rurais

que seu assentamento definitivo está demorando. Segundo o senador, um dos líderes informou que o Inbra em Brasília reconhece a área e a documentação, mas observou que em Rondônia isto não ocorre. As associações pediram ao senador que solicite ao Inbra e ao Ibama um completo exame da situação.



Patrocínio: poder político no estado concentra-se nas mãos do governador Siqueira Campos

Tocantins é “feudo político”, diz Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) afirmou sexta-feira, em Plenário, que o estado do Tocantins transformou-se no “maior feudo político” do país, onde todo o poder concentra-se nas mãos do grupo ligado ao governador Siqueira Campos. A declaração ocorreu durante pronunciamento em que se solidarizou com o deputado federal Paulo Mourão (PSDB-TO), que fez greve de fome no Plenário da Câmara com o objetivo de chamar a atenção do país para as denúncias de fraudes eleitorais no seu estado.

— O processo eleitoral no Tocantins é escandaloso. Lá se faz boca-de-urna e se compra voto ostensivamente. Candidatos são vistos no meio da rua com malas cheias de notinhas de cinquenta reais — relatou Patrocínio.

O senador lamentou as mudanças ocorridas no estado desde a sua criação, há 14 anos. Ele reconheceu o papel desempenhado por Siqueira Campos no movimento pelo estabelecimento da nova unidade da Federação e disse ter orgulho de ser senador por Tocantins. Mas advertiu que o estado já estaria contaminado pelos mesmos vícios políticos combatidos por seus fundadores. Segundo o senador, “nem mesmo um síndico de prédio” pode ser nomeado sem o conhecimento do grupo ligado ao governador.

Patrocínio disse que, por aconselhamento médico, teve de abdicar de sua candidatura à reeleição, uma vez que havia fraturado o úmero esquerdo em sua fazenda. Caso estivesse no Senado em 2003, disse, defenderia a realização de uma ampla reforma política, que incluísse a adoção do voto facultativo e a mudança da data da posse do presidente da República.